

A POLÍTICA DESPOLITIZANTE DE BOLSONARO: uma análise da posição pública do governo na cobertura jornalística sobre a liberação de agrotóxicos¹

BOLSONARO'S DEPOLITICIZING POLITICS: an analysis of the government public position in the news coverage about the authorization of pesticides

Agatha de Souza Azevedo²
Ana Carolina Vimieiro³

Resumo: Este artigo analisa a posição do governo de Jair Bolsonaro sobre o tema dos agrotóxicos a partir da análise da cobertura jornalística desde as eleições para presidente, em outubro de 2018, até o fim do primeiro ano de mandato, em janeiro de 2020. O objetivo é explorar as dinâmicas de despoliticização através dos indicadores propostos por Maesele et al (2015): (a) os enquadramentos (como os discursos são organizados a partir de uma certa perspectiva); (b) as posições (como os atores são colocados em uma certa relação com outros); (c) e as estratégias de legitimação (como uma demanda particular é justificada). Nosso foco, neste artigo, é a posição do governo através do presidente, ministros e outros representantes, buscando entender como a política despoliticizante de Bolsonaro é proposta e justificada e quais as estratégias de legitimação empregadas.

Palavras-Chave: Agrotóxicos. Bolsonaro. Despoliticização.

Abstract: This article analyzes the position of the government of Jair Bolsonaro on the topic of pesticides from the analysis of news coverage since the elections for president in October 2018, until the end of the first year in office, in January 2020. The objective is to explore the dynamics of depoliticization through the indicators proposed by Maesele et al (2015): (a) the frameworks (how discourses are organized from a certain perspective); (b) the positions (how the actors are placed in a certain relationship with others); (c) and legitimation strategies (how a particular demand is justified). Our focus, in this article, is the government's position through the president, ministers and other representatives, seeking to understand how Bolsonaro's depoliticizing politics is proposed and justified and what legitimation strategies are employed.

Keywords: Pesticides. Bolsonaro. Depoliticization.

¹Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Comunicação e Democracia da 9ª Edição do Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (9ª COMPOLÍTICA), realizado em formato remoto, de 24 a 28 de maio de 2021.

² Agatha de Souza Azevedo formou-se em Comunicação Social (Jornalismo) pela Universidade Federal de Minas Gerais e é mestranda em Comunicação Social, na linha de Processos Comunicacionais e Práticas Sociais pela mesma instituição. Email: agathasouza@ufmg.br

³ Ana Carolina Vimieiro é professora do Departamento de Comunicação Social e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais. É doutora em Comunicação pela Queensland University of Technology (QUT, Austrália). Email: acvimieiro@gmail.com

1. Introdução

Durante todo o ano de 2019, primeiro do mandato do presidente Jair Bolsonaro, a mídia brasileira anunciou cotidianamente os recordes atingidos na liberação de agrotóxicos. Ainda em fevereiro, com 42 dias de mandato, Bolsonaro já havia liberado, através do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), 57 produtos⁴. Em maio daquele ano, já eram 166⁵. A caminhada seguiu ascendente e fechamos 2019 com 474 liberações, o maior número registrado pelo Mapa desde 2005, quando começou a divulgação deste tipo de dado. Em 2020, não foi diferente, com novos recordes: 493 produtos aprovados, totalizando em dois anos de mandato quase mil substâncias liberadas para uso⁶. Muitos dos agrotóxicos que vem sendo legalizados neste período são proibidos em outros países.

Bolsonaro já deixava bastante claro seus objetivos para o campo brasileiro quando anunciou ainda em 2018 Tereza Cristina, então deputada pelo DEM e presidente da Frente Parlamentar Agrícola (FPA) — a bancada do boi —, para ministra da agricultura. Engenheira agrônoma, Tereza Cristina ganhou o apelido de “musa do veneno” por sua atuação na defesa do Projeto de Lei 6299/02 que pretende, entre outras coisas, mudar o nome dos agrotóxicos para “defensivos agrícolas”, liberar licenças temporárias e mudar a análise de riscos. O projeto é defendido pelo agronegócio como uma modernização das normas que permitiria agilizar e baratear o processo de liberação de agrotóxicos. Em 2018, ambientalistas e instituições como a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), o Instituto Nacional do Câncer (Inca) e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), entre outras, se mostravam contrários ao PL⁷, que é chamado por muitos de “Pacote do Veneno”.

No Meio Ambiente, se cogitou extinguir a pasta, fundindo-o ao Mapa. Entretanto, ao invés disso, Bolsonaro decidiu nomear Ricardo Salles, ex-secretário estadual de Meio Ambiente de São Paulo e condenado em primeira instância (em

⁴ Disponível em: <https://bit.ly/3sY5gFJ>. Acessado em 28 abr 2021.

⁵ Disponível em: <https://bit.ly/3tZE3nu>. Acessado em 28 abr 2021.

⁶ Disponível em: <https://bit.ly/2R6LR8g>. Acessado em 28 abr 2021.

⁷ Disponível em: <https://glo.bo/3nv8M9N>. Acessado em 28 abr 2021.

2018) por improbidade administrativa ao modificar documento referente a uma Área de Proteção Ambiental (APA) para favorecer empresas de mineração ligadas à Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). O ministro foi depois absolvido em segunda instância (em 2021) pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, o que não melhorou muito sua reputação: Salles tem sido chamado de “anti ministro” pela oposição, criticado duramente por ambientalistas e mesmo por representantes do agronegócio. Uma das situações mais controversas foi a sugestão feita em reunião ministerial no início da pandemia de covid-19 para o governo se aproveitar do momento de foco midiático no coronavírus para “passar a boiada” e flexibilizar a regulação e fiscalização ambiental. Recentemente, a pressão para sua saída se internacionalizou, com os recordes de desmatamento, omissão frente aos incêndios florestais e o desmonte das instituições e mecanismos de fiscalização se tornando focos de crítica de outros países que se recusam a assinar acordos comerciais e/ou comprar produtos agrícolas brasileiros.

Partimos neste trabalho do pressuposto que o atual governo brasileiro adota explicitamente uma política despolutizante e queremos entender suas dinâmicas. O tema da despolutização tem sido debatido há algum tempo em diversas disciplinas das ciências humanas e sociais, porém, mais recentemente, sobretudo nas últimas duas décadas, o conceito e as práticas que ele tenta descrever tem despertado bastante interesse de acadêmicos, notadamente críticos sociais e teóricos políticos interessados em problematizar as condições daquilo que vem sendo chamado de pós-política e pós-democracia (Mouffe, 2005; Rancière, 1995; Žižek, 2002) e pesquisadores voltados para o estudo de questões de governança (Flinders & Buller, 2006; Wood & Flinders, 2014). Nessa literatura, processos de despolutização também estão ligados a noções como a de anti-política e à desdemocratização (Wood, 2016; Ballestrin, 2018).

Para Ballestrin (2018), o conceito de pós-democracia vem agregando vários significados para além do diagnóstico inicial de esterilização da democracia pelas contradições de sua convivência com o neoliberalismo. No caso do Brasil, diz Ballestrin (2018), a eliminação do conflito está também relacionada à explosão/extravasamento na forma de violência e brutalidade, seja do estado ou

social: “discursivamente, o insulto, a ausência, a agressão, tornam-se linguagem comum de uma forma de fazer política — questionável posto que não política — nas redes sociais virtuais, na televisão, nos metrô, nas ruas. Cada vez mais eliminação do outro incorporada pelo léxico da pós-democracia, em um sentido oposto a passividade amorfa. O prefixo ‘pós’ vai dando lugar ao ‘anti’, com a ajuda indispensável do crescente elogio à ignorância e ao antiintelectualismo” (Ballestrin, 2018, p. 156).

Outros autores indicam que as lógicas da despolitização são de fechamento, naturalização, consensos e de enquadramentos que apontam para a falta de caminhos alternativos, além da pressuposição de não legitimidade de adversários políticos (Jenkins, 2011; Maesele et al, 2015; Wood & Flinders, 2014). A politização envolveria enquadrar as questões como contingentes, com escolhas a serem feitas entre alternativas, com a consideração do outro como legítimo oponente político (Jenkins, 2011; Maesele et al, 2015; Wood & Flinders, 2014). Na literatura sobre despolitização, diferentes áreas já foram analisadas para se compreender as estratégias de despolitização, em geral de governos, que buscam também a transferência de responsabilidades para outros agentes em temas como política fiscal (Randeria, 2007), política migratória (Pickering, 2001), respostas nacionais à globalização (Watson & Hay, 2004) e direitos reprodutivos (Bates, Jenkins & Amery, 2014). As estratégias de politização, frequentemente ligadas aos movimentos sociais e sociedade civil, também têm sido exploradas num conjunto diverso de temas como assédio a mulheres (Orlandini, 2019), ocupação das cidades (Swyngedouw, 2014) e economia política do futebol (Vimieiro & Maia, 2017). A questão ambiental é uma das mais exploradas nessa literatura, com autores analisando debates sobre alimentos geneticamente modificados (Maesele et al, 2015), protestos ligados ao tema das mudanças climáticas (Kenis & Mathijs, 2014) e áreas de proteção ambiental (Celata & Sanna, 2012).

Neste trabalho, buscamos compreender quais são as estratégias discursivas de despolitização utilizadas pelo governo de Jair Bolsonaro ao se colocar no debate público sobre o tema dos agrotóxicos. Queremos entender como a política

despolitizante do governo Bolsonaro é proposta e justificada por seus representantes e quais as estratégias de legitimação empregadas.

Para isso, trabalhamos com um conjunto de dados de 60 notícias de diversos veículos brasileiros, publicadas entre os meses de outubro de 2018, mês da eleição de Jair Bolsonaro, até janeiro de 2020, demarcação do primeiro ano de governo. Esse conjunto é um recorte de uma coleta maior de 266 notícias, identificadas pelas palavras-chave “bolsonaro” e “agrotóxico”. As 60 notícias foram selecionadas pois possuem citações diretas de membros do governo, fundamentais para compreendermos o posicionamento deste sobre a temática. Metodologicamente, fazemos uma análise de conteúdo quanti-qualitativa a partir das categorias de análise de Maesele et al (2015) — *os enquadramentos* (como os discursos são organizados a partir de uma certa perspectiva); *as posições* (como os atores são colocados em uma certa relação com outros e com o tema); e *as estratégias de legitimação* (como uma demanda particular, ação ou poder é justificado ou sancionado). Identificamos como principais enquadramentos o “não problema” e a abordagem “legal-institucional”. Além disso, destacamos nos resultados o caráter despolitizante do enquadramento “individual” proposto pelo governo (a culpa do problema dos agrotóxicos é do trabalhador rural que não sabe aplicá-lo) e do enquadramento “moral”, que demoniza adversários políticos e parece preconizar uma escolha entre “certo” e “errado”.

Este artigo está assim organizado: na próxima seção (2), exploramos brevemente a literatura sobre (des)politização; na sequência (3), contextualizamos melhor a relação do governo de Bolsonaro com a temática dos agrotóxicos; a seção (4) apresenta nosso desenho metodológico; a (5) descreve os dados da análise e a (6) propõe uma discussão a partir dos achados da pesquisa; por fim, na (7), fazemos alguns apontamentos conclusivos.

2. (Des)politização: apontamentos teóricos e metodológicos

A expressão pós-democracia apareceu pela primeira vez nos anos 1990, mesmo período em que o agronegócio se consolida no Brasil, e tem a ver com a destituição de seu sentido a partir do avanço neoliberal, autoritário e conservador.

Wood (2015) aponta que o triunfo da ideologia neoliberal traz o desafio subsequente de pensar a repolitização de várias questões negligenciadas. É possível pensar politização e despolitização como um campo teórico, empírico e analítico, e o ponto de convergência entre os diversos estudos é justamente a análise crítica da dinâmica do neoliberalismo como paradigma do pensamento político e como esse paradigma supostamente leva ao surgimento da 'anti-política'.

Para Ballestrin (2018), as contradições do neoliberalismo acabam esterilizando a democracia, de modo que as suas dimensões sociais, econômicas e políticas percam a funcionalidade. Na pós-democracia, instituições, discursos e práticas se tornam impraticáveis, ou mesmo impedidos de agir. O deslocamento da política para um lugar neutro, ou técnico, é uma das práticas da pós-democracia. Ballestrin (2018) destaca a capacidade que essa neutralidade tem de eliminar o antagonismo político. Ao tentar eliminar ou criminalizar o conflito, o neoliberalismo contribui para a construção de uma política sem povo, sem divergências, sem espaço para diálogo e antagonismo, em que o mercado detém o controle.

Os processos de (des)politização tem sido muito utilizados para pensar as questões de governança. Segundo Wood (2016), a primeira geração de estudos sobre o tema é bastante centrada no Estado, e adota uma concepção restrita de política, a fim de compreender as estratégias de despolitização governamentais, que vão desde a delegação de funções e decisões a esferas não-governamentais, à definição de questões políticas pelo viés técnico. Em um movimento mais recente, trabalhos como os de Wood e Flinders (2014) e o de Jenkins (2011) buscam observar como questões políticas se veem construídas fora do sistema político governamental.

A partir da genealogia do conceito, Jenkins (2011) aponta que há pelo menos três motivos que movem a atenção crescente ao processo de despolitização e politização: a política contemporânea como uma série de tentativas de politizar o social; a despolitização como estratégia de governo performada por atores políticos formais; e a politização em um sentido pejorativo, que seria a invasão partidária em um processo de discussão neutra ou não-política.

Em comum, a autora afirma que estes estudos não abordam a dinâmica entre politização e despolitização e critica os estudos que não participam dos processos políticos que analisam. Para a autora, despolitização não seria remover a política, mas destruir a diferença, a escolha, e as alternativas, e este é um processo político também. Jenkins (2011) reforça ainda a necessidade de compreender o conceito a partir de um mapa de conexões que considera aspectos históricos, sociais e formativos da politização e da despolitização. Há uma proximidade entre esses trabalhos e as discussões da pós-democracia e pós-política por estes oferecerem possibilidades teóricas e metodológicas que utilizam o conceito para além das ferramentas despolitizantes de governos. Para Jenkins (2011),

Uma estratégia de politização, em seu sentido mais amplo, implica expor e questionar o que é dado, ou percebido como necessário, permanente, invariável, moral ou politicamente obrigatório e essencial. [...]. Uma estratégia de despolitização implica a formação de necessidades, permanência, imobilidade, fechamento e fatalismo, ocultando e negando ou removendo a contingência. (Jenkins, 2011, p. 159-160)

Como afirmam Wood e Flinders (2014), politização, nesse sentido, é o ato radical de reconhecer “o político”, a abertura de brechas para que a sociedade possa ser compreendida para além do fatalismo e da negação que os anos 1990 e o início dos anos 2000 trouxeram. Se o contexto sócio-histórico apontava para a derrota do comunismo e a dominância de políticas neoliberais no mundo, a emergência do contexto de desregulações e privatizações exigia a ampliação do arcabouço teórico da política. Wood (2015) aponta que a crise financeira de 2008, a Primavera Árabe e movimentos como o Occupy Wall Street nos EUA serviram para que os processos de (re)politização tivessem um maior fôlego de discussão.

Contudo, ainda hoje, esses conceitos são pouco utilizados para estudar fenômenos da comunicação política brasileira, mas parecem frutíferos visto que há sinais dessas dinâmicas historicamente e de um possível recrudescimento e adaptação desses processos ao cenário contemporâneo. Certamente, como argumenta Ballestrin (2018), os conceitos não podem ser transportados de forma acrítica ou pouco cuidadosa, é necessário observar as diferentes relações de poder

presentes no globo, e as dependências e subalternidades entre democracia e neoliberalismo.

Esta articulação conceitual serve também para pensar a aliança das agendas neoliberal e neoconservadora em torno de candidatos que, como Bolsonaro, são potencialmente neofascistas, apesar de terem sido eleitos e manterem governos de aparência democrática. A potência desses conceitos, entretanto, está justamente em relacionar as dinâmicas políticas para compreender fenômenos da realidade brasileira, como os descritos anteriormente, que vão desde a destituição de Dilma Rousseff da Presidência da República em 2016, à eleição de Jair Bolsonaro como presidente em 2018. Ao analisar a relação entre a imprensa e a luta dos movimentos sociais na Bélgica, Maesele et al (2015) concebe uma definição teórico-metodológica de (des)politização que serve para demarcar as reflexões abordadas aqui:

O caráter democrático de uma ordem social particular depende se esses traços de poder e exclusão são reconhecidos e tornados visíveis para então estarem abertos à discussão democrática e à contestação. Enquanto a politização é usada para se referir aos discursos e práticas que tornam isso possível, no caso de discursos e práticas despolitizadoras, esses traços de poder e exclusão são apagados, escondendo assim a possibilidade de uma sociedade radicalmente diferente.

Segundo os autores, deve-se considerar três elementos-chave nas notícias: (i) “Fatos” ou “alegações de verdade”, (ii) fontes ou “agentes de definição” e (iii) inferências extraídas da ação política. Para isso, Maesele et al (2015) consideram os **enquadramentos** (organização dos discursos a partir de certa perspectiva); as **posições** (os atores em relação uns com os outros, e quem é enquadrado como autoridade epistêmica); e as **estratégias de legitimação** (justificativas e sanções de uma demanda, ação ou poder).

Neste trabalho, diferentemente de Maesele et al (2015), estamos menos interessadas no papel da mídia em si (ainda que o reconheçamos, este não é o interesse neste momento). Nosso interesse é compreender como o governo se posiciona no debate público. Porém, para falar sobre o posicionamento institucional do governo Bolsonaro, é preciso utilizar-se das declarações dadas à imprensa e coletas feitas pelos veículos de comunicação diretamente das redes sociais do

presidente, já que nas páginas oficiais muitas das informações não estão atualizadas ou simplesmente não são divulgadas. Olhamos, assim, para a mídia, mas em busca de compreender especificamente neste momento da pesquisa as estratégias do governo para despolitizar a temática dos agrotóxicos. Na próxima seção, discutimos em mais detalhes a relação de Bolsonaro com a temática em análise.

3. O Governo Bolsonaro e os agrotóxicos

Capitão reformado do Exército brasileiro e atual presidente do país, Jair Messias Bolsonaro foi vereador do Rio de Janeiro a partir de 1989 e eleito para o cargo de Deputado Federal pelo mesmo estado pela primeira vez em 1991, elegendo-se por sete mandatos seguidos. Três de seus cinco filhos ocupam cargos políticos. Mais conhecido pelas suas polêmicas do que por sua atuação política, apresentou 170 projetos em sua trajetória como Deputado, mas somente dois foram aprovados.

Já em 1995, Bolsonaro defendia a exploração da Amazônia e o uso das armas, e, em 1998, o então parlamentar já fazia ataques à imprensa. Em 2008, Bolsonaro fala pela primeira vez sobre o comandante Brilhante Ustra, torturador que elogiou durante a votação do processo de impeachment de Dilma Rousseff, que culminou no golpe de 2016. Em 2014, inicia o combate ao que ele chama de “ideologia de gênero”. Desde então, as pautas seguem as mesmas, de ataque às minorias sociais e políticas (Cioccarri e Persichetti, 2019).

Entre 2017 e 2018, Bolsonaro começa a aparecer mais nos veículos de comunicação e nas redes sociais, e opta por falar menos na Câmara. Durante a campanha, o suposto atentado ao candidato ocorrido em Juiz de Fora também corroborou para que este não comparecesse a debates e não fizesse falas oficiais. Segundo Cioccarri e Persichetti (2019), o número de pronunciamentos de Jair enquanto deputado foi diminuindo: foram 73 em 2015, 48 em 2016, 21 em 2017 e apenas 4 em 2018. Com o uso de símbolos pátrios e o slogan “Brasil acima de tudo. Deus acima de todos.”, Bolsonaro ocupava o segundo lugar nas intenções de voto na pré-campanha de 2018.

Organizado com sua família como um “clã narcizista” e apoiado pelas bancadas ruralista, evangélica e das armas, Bolsonaro atuou como espetáculo de si próprio,

imerso a polêmicas, e à alcunha de “mito”. Com domínio das tecnologias e das redes sociais, Bolsonaro iniciou um estado de campanha permanente a partir da narrativa do “nós contra eles” — que substitui a dicotomia PT x PSDB pela ideia de que o outro é sempre um inimigo a ser combatido — de maneira ainda mais forte no pós-eleições (Cioccarri e Persichetti, 2019).

O discurso de desrespeito a minorias e o revisionismo histórico, moral e social são marcas do governo Bolsonaro, cujos eleitores pertencem à classe média com acesso à educação e tem entre 16 e 34 anos (Solano, 2018). O senso comum no trato das minorias e o revisionismo chegam a níveis extremos, como relativizar o período escravocrata brasileiro e a defesa da Ditadura Militar brasileira, o que assume contornos ainda mais perigosos em um país cuja memória histórica é falha e desvalorizada. Para Ballestrin (2018), a combinação entre a racionalidade neoliberal e neoconservadora, responsável por eleger Bolsonaro com 58 milhões de votos, instaura um estado pós-democrático: “O Brasil demonstrou ao mundo que as agendas neoliberal e neoconservadora, quando contrariadas e aliadas, são capazes de produzir uma ruptura democrática com aparência democrática (Idem, p.160)”.

Além das indicações ministeriais conservadoras, Bolsonaro também cumpriu uma de suas principais promessas de campanha e fez uma tentativa de tipificar como terrorismo as ações dos movimentos sociais que ocupam propriedades rurais e urbanas no território brasileiro com base na função social da terra. Fruto do avanço neoconservador e neoliberal, Bolsonaro se converte no principal inimigo político dos movimentos sociais por suas ações que ferem princípios democráticos e desmantelam reservas institucionais de contenção, e por seus discursos que incentivam ações politicamente incorretas por parte da população brasileira que o apoia.

O atual presidente cogitou extinguir o Ministério do Meio Ambiente, fundindo-o ao Mapa, como afirmado na Introdução, mas, ao invés disso, moveu pastas importantes, como a Agência Nacional de Águas, para o Ministério do Desenvolvimento Regional — criado por Bolsonaro a partir da junção entre o Ministério das Cidades e o Ministério da Integração Nacional. Já o Serviço Florestal Brasileiro, que dentre as funções, fiscaliza desmatamento e queimadas, foi movido para o Mapa de Tereza Cristina, que também cumpriria funções hoje atribuídas à

Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Além disso, nos primeiros seis meses de governo, o Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, já tinha pedido revisão de 334 Unidades de Conservação, com objetivo de revê-las e até extingui-las. Já Flávio Bolsonaro, senador pelo Rio de Janeiro e filho do presidente, apresentou um Projeto de Lei para extinção das Reservas Legais, que são as áreas protegidas cujas propriedades rurais não podem ser desmatadas. Controverso, o projeto tem divergências até entre a bancada ruralista. O número de multas ambientais aplicadas pelo Ibama diminuiu 34%, sendo um dos mais baixos dos últimos 11 anos. Outra medida é o anúncio dos locais onde a fiscalização ocorrerá, o que historicamente ocorria em sigilo.

O controle de Bolsonaro sobre as instituições também resultou no afastamento de José Augusto Morelli do cargo de chefe do Centro de Operações Aéreas da Diretoria de Proteção Ambiental do Ibama após o flagrante e a multa aplicada no presidente por pesca ilegal na Estação Ecológica de Tamoios, no Rio de Janeiro. As pressões políticas na área ambiental também culminaram no pedido de demissão de Adalberto Eberhard, presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), após evento ruralista no Rio Grande do Sul com a presença do ministro Ricardo Salles. No lugar dos especialistas em biodiversidade, Salles nomeou policiais para o ICMBio. Já Ricardo Galvão, diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), foi exonerado do cargo após divulgar dados sobre o desmatamento na Amazônia. Na ocasião, Bolsonaro teria declarado que os dados fazem “campanha contra o Brasil”.

O governo retém mais de 400 pedidos de demarcação de terras indígenas e após o longo incêndio na Amazônia em agosto de 2019, conforme descreve Santos (2019), a indústria pecuária se aliou a ONGs para exigir que o presidente tomasse medidas para deter o desmatamento. Segundo a autora, Marcelo Britto, presidente da Associação Brasileira do Agronegócio, afirma a necessidade de “mudar a retórica” em relação às queimadas, e que ainda que não haja contratos cancelados, as “luzes vermelhas” estão acesas, indicando um alerta em relação à opinião pública e ao marketing.

4. Desenho metodológico

O objetivo desta análise é compreender como os discursos do governo Bolsonaro podem ser compreendidos através da perspectiva teórico-metodológica da (des)politização. Em geral, Bolsonaro e os membros do governo não utilizam de comunicações formais para apresentar seu posicionamento político acerca dos temas de interesse público, por esta razão optamos por coletar os discursos do governo através das citações diretas de suas falas nos veículos de comunicação de conteúdo textual disponíveis online, e utilizamo-nos da busca avançada do Google para selecionar as matérias jornalísticas.

Em um primeiro momento, obtivemos 266 notícias, contudo, apenas 30 tinham citações diretas do governo. Foram critérios de exclusão notícias repetidas, links que não funcionavam e notícias que não falavam sobre os agrotóxicos. A partir da observação das matérias coletadas, notamos um maior número de conteúdos produzidos pela Globo, no portal G1, e agregamos mais 30 notícias disponíveis na plataforma referentes ao mesmo período, totalizando 60 conteúdos com citações diretas de membros do governo. Na próxima seção, apresentamos nossa análise que teve como unidade de análise a notícia/texto jornalístico.

5. Análise dos dados: o governo e aprovação massiva de agrotóxicos

A seleção de notícias em que aparecem citações diretas ao governo Bolsonaro se subdivide em três formatos: notas (1,6%), notícias (51,6%) e reportagens (46,6%). Sobre as editorias em que as notícias se enquadram, estão Política (que engloba Governo), Agro (que engloba Natureza, Meio Ambiente, Ambiente, Sustentabilidade, Saúde e Por trás do alimento), Notícias (que engloba matérias regionais, Brasil, Sociedade, JN e Checagem), Direitos Humanos e Economia (que engloba Mercado). Destas, as mais recorrentes são Agro (51,6%), Notícias (28,3%) e Política (13,3%). As editorias de Direitos Humanos e Economia representam 3,3% cada.

Dentre as 77 fontes citadas diretamente nas matérias coletadas, 56 não são do governo, porém, as 21 fontes do governo são bastante diversas. Além de Jair Bolsonaro, aparecem nas entrevistas os ministros Ricardo Salles (MMA), Tereza Cristina (Mapa) e Ernesto Araújo (ex-MRE), além de quadros técnicos dos ministérios

e das instituições de governo, como a Anvisa. Entre as 10 fontes com mais citações, 7 são do Governo, 1 é ativista ambiental e 2 são instituições de ensino.

Com 17 citações, o Mapa é a fonte que mais aparece, seguido de Tereza Cristina (15) e Jair Bolsonaro (12). Dentre os quadros técnicos, estão a Anvisa, que aparece 9 vezes, seguida de Renato Porto (08), Diretor de Relações Institucionais da instituição, e Carlos Venancio (07), que até fevereiro de 2020 era chefe do Departamento de Sanidade Vegetal e Insumos Agrícolas, pasta da Secretaria de Defesa Agropecuária do Mapa, responsável pela liberação de agrotóxicos. Marina Lacôrte, do Greenpeace, aparece 5 vezes, e Luiz Claudio Meirelles (Fiocruz), Ricardo Salles e Larissa Bombardi (USP) aparecem, respectivamente, 4 vezes.

A maioria das matérias (51,67%) é sobre a aprovação dos agrotóxicos. Os outros temas que aparecem são polêmicas ligadas à Anvisa (4,8%), matérias ligadas à produção e comercialização de alimentos e à questão ambiental (3,6%, respectivamente). A composição de ministérios, a questão indígena, a regularização fundiária, as relações comerciais internacionais, a questão da fome no Brasil e os conflitos na base do Governo aparecem no máximo duas vezes cada e representam menos de 2% das ocorrências. Com base no arcabouço teórico-metodológico proposto, a análise ocorre em dois movimentos: o enquadramento e a (des)politização. Para compreender o enquadramento, observamos as causas, as soluções e os julgamentos morais presentes nas falas do governo Bolsonaro. Já a análise da (des)politização parte das posições e das estratégias de legitimação. Ambas serão descritas nos subtópicos a seguir.

5.1 Enquadramento

Para a análise dos enquadramentos, fez-se necessário compreender como os agrotóxicos são vistos pelo governo, e como as problemáticas se apresentam de modo a excluir ou dar luz a certos aspectos do tema dos agrotóxicos. Visando identificar os padrões nos discursos do governo e como eles são compostos no texto, conforme apontam Vimieiro e Maia (2011) ao defender um novo procedimento de análise em que o enquadramento se subdivide em seus elementos isolados e é

codificado a partir da junção dos mesmos, definimos três categorias como conformadoras do enquadramento: causas, soluções e julgamentos morais.

Dentro dos textos selecionados, encontramos 7 tipos de causas, 6 tipos de soluções e 5 tipos de julgamentos morais para as questões envolvendo os agrotóxicos nas falas de governo. Por definição, as causas são entendidas como as razões pelas quais uma questão está exposta no debate público, e as soluções por sua vez se tratam de como se propõe resolver dada questão. A análise aponta como característica das causas uma constante tentativa de normalização dos agrotóxicos, a partir da lógica do “Não problema”, ou das causas naturais, ligadas à natureza que possui pragas que interferem na agricultura, por exemplo. Destaca-se também a causa institucional, que reduz a questão à burocracia e aponta para a ineficiência de governos anteriores. As causas são definidas como:

TABELA 1

Enquadramento - Causas

Causas	Definição	Exemplo	Qt.
Não problema	O governo não identifica problemas em relação ao tema abordado na matéria e, portanto, não o responde, o nega ou o simplifica.	“Não existe ainda outro produto que substitua o glifosato”	19
Natural	O governo identifica um problema, mas ele está ligado à natureza, e as pragas agrícolas aparecem como inevitáveis, só sendo possível evitá-las com o uso de agrotóxicos.	“O que determina o consumo é a existência ou não de pragas, doenças e plantas daninhas. ”	4
Institucional	O governo entende a não liberação de agrotóxicos como ineficiência, burocracia e/ou falta de pessoal.	“Era a grande reclamação: dez anos para se liberar uma molécula”	17
Ideológica	O governo conecta a causa do problema a objeções políticas e/ou ideológicas.	“Nós temos no estado do Amazonas, hoje, a maior parte tomado por reservas indígenas (...) entre outras políticas ambientalistas que, em parte, prejudicaram o crescimento do nosso Brasil.”	10
Legal	Subversão do problema, que passa da aprovação para a regulamentação, a fiscalização, as regras, as leis, etc.	“esse produto muito provavelmente entrou de maneira ilegal, está sendo usado de maneira errônea e causou a morte das abelhas”	10
Individual	O governo desloca a questão para o trabalhador rural, que precisa aprender	“A principal conclusão da reavaliação é que o glifosato apresenta maior risco para os	7

	a aplicar, se intoxica por falta de treinamento, etc.	trabalhadores que atuam em lavouras e para as pessoas que vivem próximas a estas áreas”	
Econômica	O governo coloca a discussão atrelada ao preço dos agrotóxicos, à falta de oferta, etc.	"As aprovações de novos produtos técnicos equivalentes significam que novas fábricas estão autorizadas a fornecer ingredientes ativos (...), possibilitando um aumento na concorrência no fornecimento industrial destas substâncias"	5

FONTE - AZEVEDO, VIMIEIRO, 2021

Bastante relacionadas com as causas, as soluções apresentam categorias de análise similares, diferenciando-se apenas na solução técnica, que muitas vezes está associada às causas ideológicas, e na ausência de uma solução direta para as causas naturais. Além das descritas abaixo, foram encontradas duas notícias em que o discurso de ódio aparece como uma solução para as questões de governo:

TABELA 2

Enquadramento - Soluções

Soluções	Definição	Exemplo	Qt.
Não problema	O governo não identifica problemas em relação ao tema abordado na matéria e, portanto, não o responde, o nega ou o simplifica, apontando que as novas substâncias são genéricas de produtos já disponíveis e/ou resultado da modernização, entre outros.	"Não existe ainda outro produto que substitua o glifosato".	20
Institucional	A solução para o problema tem relação com desburocratizar, aumentar o pessoal, ter eficiência.	"O Ministério da Agricultura afirmou que o produto estava na fila para registro no Brasil havia 10 anos."	11
Legal	Soluções ligadas à mudança de normas e classificações; flexibilização.	"Segundo técnicos do Ministério da Agricultura, essa lei garante que, de lá para cá, as doses de ingredientes ativos vêm sendo reduzidas porque os novos pesticidas são mais eficientes e menos tóxicos."	18
Comportamental	Solução de responsabilidade individual: cuidado para a aplicação correta e segurança de quem aplica.	"(...) dizia que o produto era tóxico, mas não falava como ele [consumidor] deveria se proteger."	8
Técnica	Solução é trazer o agronegócio para a gestão do meio ambiente; ser "imparcial"/ apolítico; modernizar os agrotóxicos; analisar dados, etc.	Crítérios "técnicos" que eram barrados em governos anteriores por conta de "processo ideológico"	12
Econômica	Argumento de que genéricos são mais baratos; concorrência através dos genéricos;	"(...) possibilitando um aumento na concorrência no fornecimento industrial	8

	benefícios fiscais, etc.	destas substâncias"	
--	--------------------------	---------------------	--

FONTE - AZEVEDO, VIMIEIRO, 2021

Os julgamentos morais são obtidos a partir do levantamento de questões de ordem moral para refutar ou reforçar as causas e soluções de um problema ou questão. Por conta da abordagem predominantemente “técnica” e de “não problema”, os julgamentos morais aparecem pouco nas matérias coletadas. Contudo, quando aparecem, eles são marcados pelo discurso de ódio e/ou pelo tom inquisitivo, como na crítica a governos anteriores feita por Jair Bolsonaro: “Se for para entrar em detalhe, em filigranas, eu vou embora. Não estou vendo nenhum magro aqui. Temos problemas alimentares no Brasil? Temos. Não é culpa minha, vem de trás.” Foram encontradas 5 variáveis e a “crítica a outras posições políticas” é a mais recorrente:

TABELA 3

Enquadramento - Julgamentos morais

Julgamentos morais	Definição	Exemplo	Qt.
Crítica a governos anteriores	Diz da morosidade da aprovação dos agrotóxicos ou ineficiência da Anvisa no passado	"Parece que ninguém nunca cobrou essa eficiência do agrotóxico e agora está sendo cobrado também."	3
Crítica à imprensa	Diz da atuação de veículos de comunicação, exposição de dados, entre outros	"[Foi eleito] Sem TV, sem tempo de partido, sem recurso, com quase toda a mídia esculachando a gente, racista, homofóbico, fascista, e seja lá o que for"	1
Crítica à sociedade civil	Questiona as práticas ou a existência de movimentos sociais, ambientalistas, causa indígena, causa quilombola, camponeses, mulheres, entre outros	"esquizofrenia" na discussão / "contra a esquerda e o MST"	5
Crítica a outras posições políticas	Se refere à esquerda ou algum partido ou político em específico, apontando problematização como de cunho político/ ideológico/ perseguição	"arcabouço ideológico"	9
Crítica a outros países	Compara o uso de agrotóxicos, seja para afirmar o Brasil como exportador, seja para dizer que outro país usa mais agrotóxicos	"Ele possui registro na União Europeia e também está autorizado nos Estados Unidos desde 2012 (e em análise para uso residencial)"	3

FONTE - AZEVEDO, VIMIEIRO, 2021

No total, aparecem 77 soluções nas falas do governo e são apresentadas 72 causas para os problemas ligados à temática dos agrotóxicos. Os julgamentos morais aparecem em 21 trechos de fala selecionados. Como é possível perceber, as principais causas apontadas pelo governo são a “causa institucional” e o “não problema”; as principais soluções são o “não problema” e a “solução legal”; e os principais julgamentos morais são a “crítica a outras posições políticas” e a “crítica à sociedade civil”. Sendo a associação dessas três categorias, o enquadramento contribui para delimitar, ou definir, um problema ou questão, e faz parte das categorias que compõem a análise da (des)politização. De tal forma, podemos dizer que existe a predominância dos enquadramentos do “não problema” e uma abordagem aos agrotóxicos como uma questão ‘legal-institucional’.

5.2 Posições e estratégias de legitimação

Partindo da definição de Maesele et al (2015), os processos de politização e despolitização podem ser analisados segundo os enquadramentos, descritos na seção anterior, as posições e as estratégias de legitimação. As posições são entendidas aqui como estratégias discursivas que dizem da forma como se aborda uma questão ou um problema. Na presente análise, as posições tratam de como o governo se coloca no conflito, podendo ser posições de “negação”, “omissão”, “simplificação”, “relativização” ou mesmo a associação de mais de uma das categorias, e são definidas como:

TABELA 4

(Des)politização- Posições

Posições	Definição	Exemplo	Qt.
Negação	Dizer que não existem problemas. A negação passa por argumentos de outros sujeitos ou do próprio jornal colocados em contraposição.	“51% dos produtos formulados no mercado não são efetivamente comercializados pelas empresas detentoras do registro”	25
Omissão	Não se posicionar sobre o tema, se abster de responsabilidades, alegar desconhecimento.	“O Ministério da Agricultura foi procurado pela reportagem e suas considerações, se enviadas, serão acrescentadas a este texto.”	7
Simplificação	Reduzir a questão a algo técnico, burocrático, econômico, político ou ao discurso de ódio. Diminuição do problema	“O glifosato, para ser banido, precisa ser substituído. Se for usado de maneira correta, com equipamento, diminui muito o	34

	apontando soluções fáceis.	risco"	
Relativização	Diminuição do problema a partir da normalização da questão e de comparações. Localizar o problema no reino da necessidade, ou em outro órgão ou instituição que não seja de responsabilidade do governo.	"Isso nos ajuda também em comparações internacionais, como verificar produtos condenados em outros países que precisam ser reavaliados aqui."	26

FONTE - AZEVEDO, VIMIEIRO, 2021

As estratégias de legitimação se dividiram em 11 categorias que dizem dos argumentos mobilizados para construir e/ou reafirmar posições de governo descritas anteriormente. Para esta análise, foram selecionadas as 3 categorias principais: as analogias simplificadoras, a exploração dos dados e o uso de especialistas do governo. Há sobreposição de estratégias nas falas do governo e, por isso, a ocorrência das três é elevada. As duas primeiras, analogias simplificadoras e exploração dos dados, vem articuladas numa retórica particular, muitas vezes como um questionamento que retruca a questão em debate, ou respostas que simplificam e levam a discussão para o âmbito técnico:

TABELA 5

(Des)politização-Estratégias de legitimação

Estratégias de legitimação	Definição	Exemplo	Qt.
Analogias simplificadoras	Uso de hipérboles; ironias; expressões coloquiais; analogias cotidianas.	"Quem não quer mudar de carro, um carro mais moderno? É o que nós fazemos"	23
Exploração dos dados	Uso de dados que relativizam o uso dos agrotóxicos; negação ou relativização de dados que vão contra o posicionamento do governo. "	"Primeiro passo é: precisa mais dados para saber que desmatamento é esse. Ele acontece aonde, quem são os principais agentes desse desmatamento e sob quais condições? Digo isso porque os dados são muito genéricos"	22
Especialistas do governo	Uso de quadros técnicos e especialistas dos órgãos de governo	Fontes de dentro do MAPA, Anvisa, etc.	14

FONTE - AZEVEDO, VIMIEIRO, 2021

Tanto no uso de analogias simplificadoras, quanto na exploração dos dados, se fazem presentes também as políticas de exclusão a partir da lógica da existência de um "nós" e um "eles" a ser combatido. No caso das analogias, pode ser de maneira explícita, com expressões como "tolerância zero", "contra a esquerda e o MST" e "banditagem no campo", ditas pelo Ministro Ricardo Salles, ou de maneira implícita,

como é o caso da frase “se eu fosse fazendeiro, não vou falar o que eu faria, não, mas eu deixaria de ter dor de cabeça”, dita pelo presidente Jair Bolsonaro.

Sobre a exploração dos dados, o movimento feito pelo governo atua em dois sentidos: desconstruir a argumentação contrária ao uso de agrotóxicos, deslegitimando-a através da relativização dos dados, ou usar dados desconectados e relativizados para reforçar uma visão ou posicionamento de governo. Em alguns casos, os dados servem para criar um cenário que corrobora com as analogias simplificadoras e o discurso de ódio (como, por exemplo, na fala de Jair Bolsonaro sobre a causa indígena: “Eles têm 14% do território nacional. Imagine a região Sudeste, uma área maior que essa já é terra indígena, não é área suficiente?”), e em outros casos, a negação dos dados cria o mesmo efeito de negação das diferenças entre as pessoas (explícito em outra fala de Bolsonaro sobre a questão da demarcação de terras indígenas: “Quantos entre vocês aqui são descendentes de índios? Por que reservar o espaço dentro de uma terra onde você não possa fazer nada sobre ela?”). Em ambos, o uso de perguntas aparece como uma estratégia de conformação do discurso.

Conforme apresentado anteriormente, as posições mais recorrentes são a simplificação e a relativização, seguidas da negação, e as principais estratégias de legitimação, o uso de analogias simplificadoras e a exploração dos dados. A partir dos enquadramentos do “não problema” e “legal-institucional”, e das posições de governo e estratégias de legitimação citadas anteriormente, construímos a análise da (des)politização observando três pontos principais: a construção da liberação dos agrotóxicos como um “não problema”; a responsabilização individual e consequente isenção do governo sobre o conhecimento acerca do uso dos agrotóxicos; e a demonização a partir do discurso de ódio dos que pensam e constroem propostas de agricultura que divergem da visão do governo.

6. Discussão: (des)politização, agrotóxicos e discursos de governo

6.1 Não problema

O chamado “não problema” aparece em todos os aspectos analisados, tanto no enquadramento, quanto nas posições e estratégias de legitimação, e utiliza-se dos

dados, dos quadros técnicos do governo, das retóricas e analogias simplificadoras, bem como das perguntas como uma forma de naturalizar o uso e consumo de agrotóxicos, pois não haveria soluções para a produção agrícola que não essa.

Partindo da frase “a despolitização é a tarefa mais antiga da política”, de Rancière (1995, 19), Flinders e Buller (2006) apontam que uma das táticas para a falsa neutralidade das decisões de governo é despolitizar os servidores públicos buscando gerar confiança. Essa é uma forma de dizer que não há problema: colocar o debate na voz de especialistas técnicos, como se a liberação massiva de agrotóxicos se tratasse de algo inevitável e que não diz respeito ao debate público.

Segundo os autores, essa exclusão da política enquanto debate e contingência pode se dar também através de mudanças no raciocínio político, como a realocação de funções e responsabilidades de órgãos — muito vista no governo Bolsonaro nas mudanças de pessoal, autonomia e atribuições do IBAMA, da Anvisa, do Mapa, entre outros — ou uso de grupos independentes de especialistas, excluindo o tema da política através da adoção de práticas “racionais” ou “técnicas”. Dentre estas práticas, podem se destacar o argumento da modernização e do uso de genéricos que fomentam a economia dos agrotóxicos, ou mesmo o argumento “racional” de que as substâncias já estão sendo usadas.

Maesele et al (2015) trazem a democracia neoliberal e a constituição das sociedades modernas como traços que corroboram para o entendimento atual das questões ambientais. Segundo os autores, a partir desse aspecto, constitui-se um novo tipo de conflito social em que “atores sociais concorrentes adotam seletivamente reivindicações conflitantes de conhecimento como recurso material e discursivo na busca de futuros alternativos sustentáveis” (p. 5). No caso das disputas de governo, o conflito se dá principalmente pela negação do problema, e a projeção de um futuro não sustentável como a única forma possível de produzir alimentos.

Hay (2006) aponta para a busca pelo interesse material próprio se sobrepondo ao interesse político na exploração do mundo natural como uma forma de despolitização também. Entendendo a política como escolha coletiva, capacidade de agência, deliberação e interação social, dizer que não há problema na liberação massiva dos agrotóxicos seria despolitizar a agricultura, pois os sujeitos não tem

opção de se alimentar ou mesmo produzir de outra maneira; não podem agir de maneira discordante sob risco de discurso de ódio e violência; e não há debate que promova interação social e deliberações coletivas sobre o tema.

Pensando agência e política como coextensivas, Jenkins (2011) coloca a despolitização e a politização dentro do campo da contingência, em contraposição ao fatalismo e a necessidade, pois é preciso ter a capacidade de fazer escolhas e promover mudanças. A autora afirma que “a despolitização envolve uma tentativa de remover algo — seja para remover a responsabilidade, a política ou, mais extensivamente, agência humana” (p.158). Neste caso, vemos a remoção da política enquanto lugar de contingência e agência humana, colocando-a no lugar de “não-problema”. No debate da responsabilização individual, é possível identificar a remoção da responsabilidade do governo e a transferência de atribuições e culpas.

6.2 Responsabilização individual

Uma das formas mais sutis de (des)politização da aprovação e do uso dos agrotóxicos é a responsabilização individual pelo risco de contaminação na aplicação dos mesmos, que além de colocar sobre os agricultores toda a culpa no caso de algum adoecimento durante a produção de alimentos, também desconsidera os dados ligados ao consumo de agrotóxicos.

A mudança de termos, de “classificação de risco” para “classificação toxicológica” dos agrotóxicos, e a constante tentativa do governo de alterar o uso da palavra “agrotóxico” para a expressão “defensivo agrícola”, bem como o uso recorrente de termos como “produto” — que remete à economia e silencia os riscos à saúde ao se referir aos agrotóxicos —, também denotam que a localização do problema estaria na forma como se aplica a substância. Ou seja, as pessoas que trabalham na zona rural seriam as culpadas pela própria contaminação. E, de algum modo, essa contaminação não seria um problema, e deveria se resolver no âmbito privado.

Acselrad (2001) aponta que a função do governo é diminuída através de desmontes de instituições com intuito de reduzir as fiscalizações e demais atividades dos órgãos que causariam problemas aos parceiros econômicos dos governos

neoliberais, como a “bancada do boi” de Bolsonaro, por exemplo. Tentar manter as reservas institucionais para garantir políticas ambientais de estado se torna um desafio já que este se vê enfraquecido. Com essa transferência de responsabilidades de estado para a sociedade civil, deixa de ser função do Mapa a proteção dos agricultores e da sociedade consumidora de alimentos, pois é responsabilidade dos agricultores se cuidar, e os dados sobre o consumo de alimentos com agrotóxicos são negados.

Essa aplicação tática da despolitização, que movimenta a discussão da arena governamental para a social, e da arena social para a privada, pode ser interpretada também como uma técnica defensiva de gerenciamento de riscos desde a despolitização do campo institucional. Esse movimento é feito através da distribuição de cargos e atribuições, e da confiança nos setores privados, no mercado e nas empresas para regularem questões como a segurança ao aplicar os agrotóxicos por um viés tecnicista (Flinders e Buller, 2006).

Na transição entre a “não questão” e a questão que deve ser resolvida no âmbito privado, o debate dos agrotóxicos no governo separa economia e política, público e privado, trabalho e desigualdade social e, principalmente, trabalhador e agronegócio, e nesse movimento acaba por excluir a responsabilidade governamental por informar as pessoas sobre os agrotóxicos e, no mínimo, capacitá-las para usá-los. Jenkins (2011) afirma que despolitizar pode ser uma escolha relacionada à não apresentação de alternativas para a proposta do governo, muitas vezes visando destruir o pensamento que diverge, como é o caso da forma de despolitização do governo apresentada a seguir.

6.3 Demonização da diferença

Os dados encontrados em nossa análise indicam que o discurso de ódio proferido por este governo, especialmente contra minorias, é também utilizado discursivamente para eliminar outros entendimentos e possibilidades de se compreender os agrotóxicos. É particularmente significativa a existência de uma espécie de enquadramento “moral” em que se combinam causas “ideológicas”, soluções “técnicas” e críticas a governos anteriores, à sociedade civil e a outras

posições políticas. Complementando este enquadramento, que não é dominante mas serve em algum sentido de sustentáculo para os enquadramentos principais (do “não problema” e “legal/institucional”), temos o uso de analogias simplificadoras (que muitas vezes minimizam o impacto do discurso de ódio aberto e explícito).

Entre os teóricos ligados à (des)politização, pós-política e pós-democracia, Chantal Mouffe é quem se preocupa mais claramente com a repressão do antagonismo (Wilson e Swyngedouw, 2014). Apostando numa forma de democracia radical, Mouffe defende que o antagonismo é inerente às relações humanas e que, ao invés de suprimi-lo, devemos reconhecê-lo como condição de existência do pluralismo nas democracias modernas. O antagonismo está ligado à diferenciação que a autora propõe entre “o político” e “a política”: o primeiro se referindo justamente às diferenças e a existência de contestação e “a política” como “o conjunto de práticas, discursos e instituições que procuram estabelecer a coexistência humana em condições que são sempre conflituais porque são sempre afetadas pela dimensão do ‘político’” (Mouffe, 2005, p. 20). A política, complementa a autora, consiste em domesticar a hostilidade e em tentar transformar a oposição “nós-eles” em um modo compatível com a democracia.

Assim, o propósito da política democrática é construir o “eles” de tal modo que os oponentes não sejam percebidos como inimigos a serem destruídos, mas como adversários. No cenário pós-político, em que imperam os princípios do consenso, neutralidade e técnica, o embate democrático é substituído por uma disputa moral e racionalizante em que somos confrontados com o “certo” e o “errado”, o que transforma qualquer um que discorda em um fundamentalista e/ou radical (Maesele et al, 2015). E, assim, o debate democrático é substituído por considerações tecnocráticas e de mercado e o oponente demonizado e deslegitimado. É este tipo de lógica que permeia a abordagem do problema dos agrotóxicos como “ideológica” e a proposta de soluções “técnicas”. Chamamos esse enquadramento de “moral” porque a forma como as causas, soluções e julgamentos são apresentados nos levam a uma espécie de escolha entre o “certo” (o governo atual, o mercado e as técnicas mais “modernas” de produção agrícola) e o “errado” (a postura “ideológica” dos incompetentes adversários políticos e de governos anteriores, quando a Anvisa, por

exemplo, nas palavras de Tereza Cristina, não tinha “uma boa vontade” na liberação de agrotóxicos). Como explica uma das notícias analisadas, Ricardo Salles busca enfrentar o “arcabouço ideológico” do setor e, para isso, defendeu em seu material de campanha para deputado federal em São Paulo a “tolerância zero” e o uso de armas “contra a esquerda e o MST” e a “bandidagem no campo”. Seus oponentes, nesse sentido, são inimigos a serem literalmente destruídos.

7. Apontamentos para pensar a (des)politização dos agrotóxicos

Apesar da aparência difusa e desordenada do governo, que opta por não falar em sites oficiais e critica a imprensa por sua forma de abordar suas ações, os dados da pesquisa nos mostram que Bolsonaro e seus ministros têm estratégias nítidas para que a liberação dos agrotóxicos pareça imutável, trivial e de baixo risco, colocando todos os opositores em descrédito, por supostamente agirem de maneira “ideológica”. Contudo, os processos de politização e despolitização não são estáticos e se alteram com o movimentar dos atores sociais, proporcionando brechas para a ação.

Conforme apontam Flinders e Buller (2006), politização e despolitização podem ocorrer simultaneamente, portanto, cada discurso pode ser construído e desconstruído a partir de outros discursos. Ainda que o pensamento em torno da liberação dos agrotóxicos como algo positivo esteja dado para o governo, são as contingências que são capazes de expor e minar o fatalismo que nos mantém em cativeiro (Jenkins, 2011). Segundo Hay (2006), a crise pode levar à mudança, mas esta não ocorre automaticamente, é processual.

Mesmo com todo o investimento do governo Bolsonaro em negar, subtrair e desconstruir os argumentos contrários aos agrotóxicos, é crescente o número de pessoas interessadas no debate e no consumo de alimentos orgânicos, e são diversas as organizações da sociedade civil e movimentos sociais que debatem a questão. Talvez, o caminho para a crítica aos agrotóxicos passe justamente pela afetação da sociedade como um todo, que iguala os sujeitos, não reduzindo a questão aos trabalhadores rurais. Certamente, campo e cidade estão mais conectados do que os discursos governamentais nos permitem perceber.

Referências

- ACSELRAD, H. Políticas ambientais e construção democrática. In: VIANA, G.; SILVA, M. (Orgs.). O desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.
- BALLESTRIN, Luciana. O debate pós-democrático no século XXI. **Revista Sul-Americana de Ciência Política**, v. 4, n. 2, p. 149-164, 2018.
- BATES, Stephen; JENKINS, Laura; AMERY, Fran. (De) politicisation and the Father's Clause parliamentary debates. **Policy & Politics**, v. 42, n. 2, p. 243-258, 2014.
- CIOCCARI, Deysi; PERSICHETTI, Simonetta. A campanha eleitoral permanente de Jair Bolsonaro: O deputado, o candidato e o presidente. **Lumina**, v. 13, n. 3, p. 135-151, 2019.
- FLINDERS, Matthew; BULLER, Jim. Depoliticisation: Principles, tactics and tools. **British politics**, v. 1, n. 3, p. 293-318, 2006.
- HAY, Colin. **Why we hate politics**. Cambridge: Polity, 2007.
- JENKINS, Laura. The difference genealogy makes: Strategies for politicisation or how to extend capacities for autonomy. **Political Studies**, v. 59, n. 1, p. 156-174, 2011.
- KENIS, Anneleen; MATHIJS, Erik. Climate change and post-politics: Repoliticizing the present by imagining the future?. **Geoforum**, v. 52, p. 148-156, 2014.
- MAESELE, Pieter et al. In Flanders Fields: De/politicization and democratic debate on a GM potato field trial controversy in news media. **Environmental Communication**, v. 11, n. 2, p. 166-183, 2017.
- MOUFFE, Chantal. Por um modelo agonístico de democracia. **Revista de Sociologia e Política**, n. 25, p. 11-23, 2005.
- ORLANDINI, Maiara Garcia. Ativismo de sofá ou participação política? Os processos de politização do ativismo por hashtag. **Revista Mediação**, v. 22, n. 29, 2019.
- SANTOS, Ana Julia Vaz. Os primeiros meses da agenda socioambiental de Jair Bolsonaro e o que esta nos diz sobre nossa ontologia. **Sociologias Plurais**, v. 5, n. 2, 2019.
- SOLANO, Esther et al. (Ed.). **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil**. Boitempo Editorial, 2018.
- VIMIEIRO, Ana Carolina; MAIA, Rousiley Celi Moreira. Análise indireta de enquadramentos da mídia: uma alternativa metodológica para a identificação de frames culturais. **Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia**, v. 18, n. 1, p. 235-252, 2011.
- VIMIEIRO, Ana Carolina; MAIA, Rousiley Celi Moreira. Campanhas cívicas e protestos de torcedores: em análise, a politização do futebol. **Esferas**, v. 1, n. 10, 2017.
- WILSON, Japhy; SWYNGEDOUW, Erik. Seeds of Dystopia: Post-Politics and the Return of the Political. In: E. Swyngedouw e J. Wilson. **The Post-Political and Its Discontents: Spaces of Depoliticisation, Spectres of Radical Politics**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2014.
- WOOD, Matt; FLINDERS, Matthew. Rethinking depoliticisation: Beyond the governmental. **Policy & Politics**, v. 42, n. 2, p. 151-170, 2014.
- WOOD, Matthew. Politicisation, depoliticisation and anti-politics: Towards a multilevel research agenda. **Political Studies Review**, v. 14, n. 4, p. 521-533, 2016.
- ŽIŽEK, Slavoj. **For they know not what they do: Enjoyment as a political factor**. London: Verso, 2002.